



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

IDENTIDADE E LUGAR NUM BAIRRO DE PERIFERIA: O “SÍMBOLO DO MEU BAIRRO”

Leonardo Barci Castriota (MACPS / UFMG) - leonardo.castriota@pq.cnpq.br

Arquiteto e urbanista, doutor em Filosofia pela UFMG e pós-doutorado em Conservação Urbana pelo Getty Conservation Institute. Coordenador do Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Pesquisador do CNPq

Vilmar Pereira de Sousa (MACPS / UFMG) - vilmar.sousa@yahoo.com.br

Psicólogo e geógrafo, Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela UFMG.

Identidade e lugar num bairro de periferia: o “Símbolo do meu Bairro”

Com a notável ampliação do conceito de patrimônio ocorrida nas últimas décadas do século XX, aparece como promissora a noção de “referência cultural”, que veio deslocar o foco dos “bens culturais” em si para a *dinâmica* de atribuição de sentidos e valores a esses bens. Nessa perspectiva, trabalha-se hoje com a idéia segundo a qual o valor não seria *intrínseco* aos bens culturais, mas sempre *atribuído* a eles *por determinados sujeitos particulares*. Este trabalho toma como estudo de caso o projeto de educação patrimonial “Símbolo do Meu Bairro”, realizado por uma equipe multidisciplinar em três bairros de Belo Horizonte em 2008, no qual se adotou essa perspectiva, estimulando-se, por mecanismos participativos, a própria população a reconhecer suas *referências culturais*. Analisando-se o caso específico do bairro Cabana, localizado na região oeste da capital mineira, mostra-se como o *lugar* pode representar importante referência identitária para grupos sociais de periferia, ao ancorar sempre uma *dimensão imaterial* – memórias comuns, afetividade, laços sociais – a um *suporte material*, no qual se dão a vida cotidiana e a vivência do espaço.

A ampliação do conceito de patrimônio e as referências culturais

Derivado terminologicamente do direito romano, onde indicava o conjunto de bens de um indivíduo (CASTRIOTA, 2009, p. 83), o patrimônio ganha uma outra conotação na modernidade, quando aparece a idéia de um “patrimônio comum a um grupo social, definidor de sua identidade e enquanto tal merecedor de proteção” (SANTOS, 2001, p. 43). Assim, vai ser apenas no final do século XVIII, com a visão moderna de história e de cidade, que nascem as modernas políticas do patrimônio, especificamente na França, onde se reúnem, como aponta Françoise Choay todos os elementos necessários a uma autêntica política de conservação do patrimônio monumental: a criação do termo “patrimônio histórico”, o levantamento do *corpus* patrimonial e a existência de instrumentos jurídicos e técnicos ao dispor da administração encarregada da conservação. (CHOAY, 2001, p. 120; CASTRIOTA, 2009, p. 64). É interessante percebermos como, inicialmente, o patrimônio vai se articular em torno da idéia de

“nação”, que vai garantir o seu “estatuto ideológico”, vindo o Estado nacional “assegurar, através de práticas específicas, a sua preservação”. Como aponta Fonseca, a noção de patrimônio vem, então, se inserir “no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação modernos” (FONSECA, 1997, p. 54-59).

Essa noção vai sofrer, no entanto, uma grande ampliação e um notável deslocamento ao longo do século XX. Apontado por muitos autores, essa ampliação é discutida por Leonardo Castriota, que anota que idéias como as de “patrimônio cultural” e “patrimônio arquitetônico” “tendem a se tornar muito mais abrangentes que de início”, o que, por não se tratar de mera expansão quantitativa, nos colocaria “frente a uma série de questões totalmente novas”. (CASTRIOTA, 2009, p. 84) No campo do chamado “patrimônio arquitetônico”, por exemplo, teríamos uma verdadeira “explosão” do conceito, que passa “de uma formulação restrita e delimitada para uma concepção contemporânea tão ampla que tende a abranger a gestão do espaço como um todo”¹.

Também a noção de “patrimônio cultural” vai sofrer uma ampliação, graças principalmente à contribuição da Antropologia, que, segundo Castriota, “com sua perspectiva relativizadora, nele integra os aportes de grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante”.

Nesse processo, a noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente com a chamada cultura erudita, passando a englobar também as manifestações populares e a moderna cultura de massa. Ao mesmo tempo, passa-se a considerar com atenção os elementos materiais, técnicos da cultura, rejeitando-se aquela contraposição idealista, longamente cultivada, entre *Zivilization* e *Kultur*. Ao lado dos bens móveis e imóveis, e daqueles de criação individual, componentes do acervo artístico, agora se considera também como parte do patrimônio cultural de um povo, como nos mostram, por exemplo, os escritos de Mário de Andrade e Aloísio Magalhães, uma outra espécie de bens, os utensílios, procedentes, sobretudo, do “fazer popular”, “inseridos na dinâmica viva do cotidiano”. Além disso, superando a visão retificada da cultura como um “conjunto de coisas”, tende-se cada vez mais a trabalhá-la como um processo, focalizando-se a questão – imaterial – da formação do significado. (CASTRIOTA, 2009, p. 85)

Essa grande amplitude é reconhecida por muitos autores, que como Cecília Rodrigues dos Santos, aponta que o patrimônio cultural passa hoje a ser “considerado em toda a amplitude e complexidade”, começando a se impor simultaneamente como “um dos principais componentes no processo de planejamento e ordenação da dinâmica de crescimento das cidades”, bem como “um dos itens estratégicos na afirmação de identidades de grupos e comunidades, transcendendo a idéia fundadora da nacionalidade

em um contexto de globalização” (SANTOS, 2001, p. 44)²

O patrimônio foi deixando de ser simplesmente herdado para ser estudado, discutido, compartilhado e até reivindicado. Ultrapassam-se a monumentalidade, a excepcionalidade e mesmo a materialidade como parâmetros de proteção, para abranger o vernacular, o cotidiano, a imaterialidade, porém, sem abrir mão de continuar contemplando a preservação dos objetos de arte e monumentos eleitos ao longo de tantos anos de trabalho como merecedores da especial proteção. Passa-se a valorizar não somente os vestígios de um passado distante, mas também a contemporaneidade, os processos, a produção. (SANTOS, 2001, p. 44)

Nesse contexto, parece-nos muito apropriada a noção de “referência cultural”, que vem sendo bastante utilizada no campo do patrimônio nas últimas décadas, perspectiva que veio, como anota Maria Cecília Londres Fonseca, deslocar o foco dos bens - “que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu peso material e simbólico” - para “a dinâmica de atribuição de sentidos e valores” (FONSECA, 2000, p. 112) Aqui trabalharíamos com a idéia – bastante contemporânea – de que o valor não seria *intrínseco* aos bens culturais, mas seria sempre *atribuído* a eles por determinados sujeitos particulares, a partir de determinados *valores*³. Essa perspectiva, se levada às últimas conseqüências, afirmaria, então, a “relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional etc. – a bens”, pondo em questão “os critérios até então adotados para a constituição de patrimônios culturais, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc.” É como explica a mesma autora, mais adiante:

A expressão referência cultural tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural de algum modo veio descentrar os critérios considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos que costumavam nortear as interpretações e as atuações no campo da preservação de bens culturais. (FONSECA, 2000, p. 112)

Um trabalho de educação patrimonial

Em 2008 uma equipe da Universidade Federal de Minas Gerais, reunida em torno do *Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, realizou em Belo Horizonte um projeto de educação patrimonial, o “Símbolo do Meu Bairro”, no qual se adotou essa perspectiva contemporânea na identificação e valorização do

patrimônio da metrópole, estimulando-se, por mecanismos participativos, a própria população a reconhecer suas *referências culturais*. Essa iniciativa visava despertar a população para o patrimônio que permanece freqüentemente despercebido, tendo sido escolhidos três bairros significativos de Belo Horizonte – Cabana, Lagoinha e Santa Tereza. Essa escolha não foi aleatória: além de serem bairros tradicionais, eles apresentavam naturezas bastante diversas, fato que contribuiu imensamente para a riqueza do projeto e dos produtos finais. A escolha do Cabana, um bairro eminentemente popular e com extensas áreas favelizadas, atendia também à idéia de ampliação do conceito de patrimônio, um dos pressupostos do projeto: naquele bairro a história das pessoas e do lugar é que representava o patrimônio a ser reconhecido e preservado.

Encarando a cidade como um organismo complexo e em constante transformação, foi formada uma equipe multidisciplinar capaz de trabalhar os bairros em sua plenitude, buscando harmonizar os diagnósticos dos meios físico, cultural e social. Assim, na composição da equipe mesclaram-se arquitetos, historiadores, geógrafos, psicólogos, sociólogos, turismólogos, entre outros. O objetivo principal do projeto era, como anotamos, num trabalho de educação patrimonial, propiciar à população dos três bairros a escolha de uma referência cultural (material ou imaterial) que, para eles, melhor representasse o local em que vivem, trabalham, se relacionam. Entretanto, antes que os moradores escolhessem apenas um símbolo, fez-se um amplo trabalho de pesquisa e documentação a fim de se conhecer esses possíveis símbolos e sua inserção na história e na dinâmica dos bairros.

Metodologicamente, o trabalho foi organizado em várias etapas, que iam de um diagnóstico cuidadoso à discussão das possibilidades de preservação das referências culturais identificadas. Para compor a *pesquisa histórico-bibliográfica* prévia, a equipe de trabalho buscou referências em livros, periódicos e produtos em áudio e vídeo nos arquivos e bibliotecas da cidade, além de fontes virtuais confiáveis. Na medida em que grande parte da história desses bairros não se encontrava em fontes publicadas, as entrevistas e conversas com moradores vieram contribuir também, posteriormente, para esse levantamento histórico. Foram feitas, ainda, diversas pesquisas de campo, essenciais para o entendimento dos processos urbanos em andamento em cada bairro e das formas de apropriação do espaço pelas pessoas.

A população teve um importante papel neste trabalho, pois as fontes oficiais de registro da história do bairro são bastante escassas, sendo assim os relatos contribuíram

significativamente para que se contasse essa história. Assim, num trabalho de *história oral*, a equipe entrevistou, num primeiro momento, pessoas-chave dentro das comunidades, seguindo um roteiro estruturado que abrangia a evolução do bairro e as referências culturais. Num segundo momento, foi utilizada a técnica do *grupo focal*⁴ para conversar com grupos maiores e mais diversos de moradores.

A partir do levantamento percepção dos moradores e do trabalho da equipe técnica, o *cruzamento de dados* possibilitou a criação de uma lista de símbolos em potencial – finalmente, em momento posterior, transformada em apenas quatro referências que participaram de eleição como candidatas a símbolo.

Durante a divulgação do projeto junto à imprensa, a equipe realizou ainda *oficinas de fotografia* com alunos, em que os estudantes eram convidados a caminhar pelas ruas de seus respectivos bairros e fotografar tudo aquilo que julgassem ser referências culturais. Os ótimos resultados destas oficinas de educação patrimonial e o entusiasmo com que os alunos receberam o projeto demonstraram a potencialidade desse método. No caso específico do Cabana, a atividade descrita anteriormente, foi realizada com a participação dos moradores por indicação da Associação de Moradores do bairro.

Estas etapas de contato com a população foram extremamente positivas, levando a esses bairros uma nova forma de valorização do espaço e de suas manifestações culturais, sobretudo para Cabana e Lagoinha, que vinham tendo suas identidades desvalorizadas: o primeiro quase sempre relacionado à violência, e o segundo, visto como sinônimo de abandono. A idéia do projeto era reverter isso, estando interessado em identificar, simplesmente, os *valores culturais* daquelas populações, em detrimento daquilo que as entristece, levá-las a se perceberem como protagonistas de suas histórias, que muitos ainda se orgulham em contar.

O processo de *escolha do símbolo* foi por eleição, realizada presencialmente e com cada bairro escolhendo seu símbolo por meio de cédulas, que, como produtos de educação patrimonial, também traziam cada uma delas um pequeno texto sobre as quatro referências indicadas. Houve uma grande mobilização nessas eleições, que foram apropriadas pela população como ocasião para reivindicarem melhores para seus bairros; assim, não vai ser por acaso que os símbolos escolhidos nos três casos foram lugares: em Santa Tereza, a Praça Duque de Caxias; na Lagoinha, a Rua Itapeçerica e no Cabana, a Rua Independência.

A *divulgação dos resultados* das escolhas dos símbolos para Belo Horizonte faz a cidade

redescobrir espaços que merecem ser valorizados, estando previsto o lançamento de um livro eletrônico sobre o projeto, que será uma forma de incentivar a comunidade a se identificar com o local onde vivem e as escolas a darem continuidade a essa experiência de educação patrimonial.

Finalmente, o projeto tinha também como desafio após a eleição discutir com a população local as ações necessárias para a preservação das referências e símbolos. Para isso, foram realizadas oficinas comunitárias, utilizando-se o método de planejamento estratégico *ZOPP* (*Ziel Orientiere Projekt Planung*, Planejamento de Projeto Orientado para Objetivos), que resultou no estabelecimento de uma série de estratégias e ações a serem empreendidas.

A emergência do lugar

Todo projeto de educação patrimonial envolve – em maior ou menos grau – a *participação popular*, que também tem marcado, em outras perspectivas, a política brasileira. O conceito de *participação popular* está normalmente relacionado com a distribuição da verba pública pelos governantes e as necessidades básicas das classes populares. Embora sua história date do fim do século XIX, foi durante a década de 1980 que as manifestações populares chegaram ao ápice no Brasil. Nesses casos, as relações entre governantes e a sociedade civil ocorrem através dos meios tradicionais ou através de diversos mecanismos como as audiências públicas, os plebiscitos, os referendo, o orçamento participativo, entre outros. No estágio atual da política brasileira, a maturidade democrática permite uma reflexão sobre as distintas forças no interior da sociedade civil e as diferentes reivindicações anunciadas por elas. Refletindo sobre esse fenômeno, Victor Vicente Valla levanta a hipótese de os profissionais e técnicos da classe média, mediadores, que trabalham com a participação popular terem dificuldades em perceber os interesses e avaliações de realidade das classes populares (VALLA, 2010). Percebe-se que a descrença quanto à política tradicional praticada no Brasil faz com que as classes populares procurem resolver seus problemas por vias de participação diferentes das já estabelecidas. A participação popular no âmbito do projeto “Símbolo do meu Bairro” ocorreu em diversas etapas, do diagnóstico às proposições de preservação: a primeira foi através dos *grupos focais*, a segunda na *eleição do símbolo* e a terceira no planejamento das ações de preservação através do método *ZOPP*.

Um diagnóstico participativo

Começaremos, de forma cronológica, mas também lógica, pela etapa do diagnóstico, na qual à análise técnica realizada pela equipe, somou-se a leitura do bairro através do método participativo dos *grupos focais*, que constitui uma técnica de pesquisa ou de avaliação qualitativa, não-diretiva, que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico sugerido pelo pesquisador.

Sônia Maria Guedes Gondim, baseando-se em D. Morgan, define *grupos focais* como “uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador” (GONDIM, 2003, p. 151). Como técnica, o grupo focal ocuparia uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade, podendo ser caracterizada também como “um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos”. Recuperando a história de tal método, aquela autora aponta que, durante a Segunda Guerra Mundial, os grupos focais foram utilizados para examinar os efeitos persuasivos da propaganda política, avaliar a eficácia do material de treinamento de tropas, bem como os fatores que afetavam a produtividade nos grupos de trabalho, passando a ser empregados, a partir de 1980, “para entender as atitudes de doentes, o uso de contraceptivos e para avaliar a interpretação da audiência em relação às mensagens da mídia” (GONDIM, 2003, p. 151).

No caso do bairro Cabana, no âmbito do projeto “Símbolo do meu Bairro”, criaram-se previamente, para a sua organização, categorias para a elaboração do *perfil dos participantes* em cada grupo, que eram articulados segundo grau de escolaridade, sexo, etc. Em seguida, se elaborou um *roteiro de trabalho* a partir das informações obtidas através do levantamento documental e das entrevistas realizadas. Nesse caso, o objetivo final dos grupos focais era auxiliar a equipe técnica na elaboração de *lista de referências culturais*, a partir das quais se faria a seleção dos possíveis símbolos de cada bairro a serem encaminhados para a eleição.

Aqui cabe destacar que a realização dos grupos focais se deu no Cabana com a ativa colaboração de membros da Associação dos Moradores, principalmente de seu presidente, Lúcio Eustáquio do Nascimento, que nos auxiliou desde o início, na etapa da definição das pessoas que participariam da atividade, representando, através da diversidade, a população do Cabana. Para subsidiar a escolha dos símbolos que participaram da eleição do “Símbolo do meu Bairro”, foram realizados, então, dois grupos

focais, no dia 03 de setembro de 2008, na sede da Associação. Esses grupos focais foram estratificados por nível de instrução (médio e superior), idade e sexo. Em um desses grupos compareceram quatro participantes e no outro, cinco, que discutiram a partir do roteiro prévio organizado pelo grupo, que abordava as referências culturais, sociais e históricas do bairro, com o objetivo de elencar possíveis símbolos.

Esta clareza de propósito vai ser um ponto de partida muito importante para se levar a termo um projeto de pesquisa apoiado no uso de grupos focais, como aponta Sônia Maria Guedes Gondim, dependendo diretamente dos objetivos traçados as decisões metodológicas.

Isto irá influenciar na composição dos grupos, no número de elementos, na homogeneidade ou heterogeneidade dos participantes (cultura, idade, gênero, status social etc.), no recurso tecnológico empregado (face-a-face ou mediados por tecnologias de informação), na decisão dos locais de realização (naturais, contexto onde ocorre, ou artificiais, realizados em laboratórios), nas características que o moderador venha a assumir (diretividade ou não-diretividade) e no tipo de análise dos resultados (de processos e de conteúdo: oposições, convergências, temas centrais de argumentação intra e intergrupais, análises de discurso, lingüísticas etc). (GONDIM, 2003, p. 153).

No caso do Cabana, o roteiro de trabalho foi organizado em três tópicos: o primeiro com o título "*O bairro através dos tempos*", abordava estórias, lendas e casos sobre o bairro Cabana; o segundo com o título de "*O patrimônio material ontem e hoje*" visava obter informações sobre as edificações, lugares e pontos de encontro, enquanto o terceiro tópico, com o título "*O patrimônio imaterial*", contemplava os eventos, costumes, hábitos e pessoas que participaram da história do Cabana. As discussões transcorreram sem maiores incidentes, cabendo se destacar a participação ativa dos moradores nas discussões sobre todos esses tópicos.

No que diz respeito ao primeiro tópico, "*O bairro através dos tempos*", no qual queria se elencar as histórias, lendas e casos da região, os participantes dos dois grupos focais apontaram as mesmas referências, principalmente no tocante à origem do nome "Cabana do Pai Tomás", que poderia se relacionar a um bar de encontro com o nome de "Cabana do Pai Tomás" existente na região, ao romance americano com o mesmo nome ou mesmo a um senhor curandeiro que era morador da área. Apesar de não haver consenso sobre a origem do nome, pôde-se notar que predominava a versão que o atribuía ao curandeiro Joaquim Candido Tomás, e que os dois grupos se manifestaram com orgulho quando faziam referência ao nome do bairro. Outra história importante apontada continuamente na discussão foi a ocupação do Cabana, que ocorreu após a derrubada dos eucaliptos.

Esse episódio segundo os presentes está diretamente relacionado à resistência dos moradores em relação à atuação da polícia e dos supostos proprietários das terras; a resistência – tema recorrente nos grupos – também foi exemplificada através da atuação das mulheres, que na divisão do trabalho, ficavam com a função de transportar os adobes utilizados na construção dos barracos.

Já no segundo tópico, “*O patrimônio material ontem e hoje*”, em que se procurava identificar as edificações, lugares e pontos de encontro, os destaques foram para a Associação, a Igreja São Geraldo, a Rua Independência, o Centro Cultural, o Bar do Salu e a Capelinha de Nossa Senhora. Aqui é curioso perceber a diferença entre os dois grupos: enquanto no grupo focal de nível superior e médio, a conversa era mais diversificada, no outro grupo predominava a relação entre os que participavam da Associação e os que atuavam na Igreja de São Geraldo. Não é fortuito que a Associação tenha sido o ponto de convergência entre os dois grupos: os relatos de todos destacavam a importância da Associação na organização política e social deste o início da ocupação do bairro, além do seu importante papel no apoio às famílias carentes em época de crise. Além disso, ela era também espaço de “reza” antes da construção da Igreja de São Geraldo, tendo existido ali ainda um clube de dança e diversão, o que mostra que a Associação funcionava simultaneamente como um centro social e religioso.

Já a Igreja de São Geraldo representava também, aos olhos da população, a organização e a resistência da comunidade, que se reunia em torno das atividades religiosas. Nessa perspectiva, a Igreja era o local por excelência onde acontecia a organização das pessoas do bairro através das Comunidades Eclesiais de Base, cumprindo um importante papel no associativismo, de organização social além do seu papel eminentemente religioso.



Figura 1 – Guarda do Congado



Figura 2– Guarda do Congado

Fonte: Lúcia Aparecida do Nascimento, moradora do Bairro Cabana - 2009.

Neste item apareceu também com muita freqüência a *Rua Independência*, que, além de representar a luta do povo na ocupação do Cabana e na derrubada dos eucaliptos,

também é o centro de convergência do bairro, encontrando-se ali hoje um comércio muito diversificado, que atende os moradores do Cabana bem como a vizinhança. Assim, além de ter sido palco dos principais acontecimentos políticos, sociais e culturais do bairro, a Rua Independência se destacava como espaço de *encontro dos moradores*.

Além dessas referências principais, outras ainda foram mencionadas nos grupos focais. Dentre elas, o Centro Cultural, apesar de ser conhecido por todos, não era colocado como local de referência positiva, uma vez que os moradores não se identificavam com aquele local, vendo-o com certa desconfiança, como um local que representa muito mais uma atuação “externa” no bairro, que algo genuinamente local. Já o “Bar do Salu”, continua sendo visto como um local de encontro dos moradores, mesmo depois da morte do seu proprietário. Administrado hoje pelo seu filho, tendo recebido o novo nome de “Bar do Chinês”, este local é freqüentado por uma diversidade de usuários, resistindo inclusive aos períodos mais violentos que o bairro passou entre 2000 e 2005.

Finalmente, no terceiro tópico, “*O patrimônio imaterial*”, apareceu a história do Cabana em toda sua riqueza, marcada como foi por movimentos sociais, políticos, culturais e religiosos. Esses movimentos fizeram surgir líderes, personagens que deram sua contribuição ao bairro, cada um à sua maneira. Nesse tópico, o conteúdo mais marcante aparecido entre os grupos foi o da resistência e capacidade de superação - referência presente nos relatos dos participantes dos grupos focais. Neste quesito, as pessoas que mais se destacaram foram o Sr. José Martins e o Senhor José Francisco. O primeiro, o Sr. José Martins, líder político, comunitário e religioso, teve participação importante na ocupação do Cabana, e desde o início atua na associação de moradores e continua ativo na Igreja através, principalmente, através da Congregação Mariana. Já o Senhor José Francisco foi mencionado, dando-se destaque à sua atuação nos movimentos culturais: ele é responsável pela Guarda de Congado Nossa Senhora do Rosário, Festas Juninas, dança afro no bairro, as Pastorinhas, além de ser também membro atuante da Associação de moradores.

Quanto aos *hábitos e costumes*, destacaram-se as reuniões de caráter religioso, político, social e cultural, e a capacidade de associativismo dos moradores do bairro. Foram destacados também nas discussões dos grupos focais, os *costumes* trazidos do interior do Estado, origem da maioria dos moradores, tais como convidar os vizinhos para tomar um café ou uma conversa na calçada.

Já no que diz respeito aos eventos, foram objetos de destaque nos grupos o *Cabanarte*

(movimento cultural que agregava as pessoas, e dava oportunidade para que os moradores pudessem apresentar seus trabalhos) e a *Cabana Cultural*, reunião de atividades culturais mais recente que pretendia diminuir a violência através da cultura. Fazendo parte da história do Cabana foram apontados ainda a importância do CCB (Clube Cultural do Barracão), encontro dos “intelectuais” da região. Cabe destacar que a derrubada dos eucaliptos foi apresentada mais uma vez como evento ou acontecimento fundante do bairro, representando a resistência e organização social dos moradores. As festas religiosas tiveram papel muito importante nas manifestações culturais; dentre essas se destacam as festas juninas, as Pastorinhas, a Guarda de Congada Nossa Senhora do Rosário, Reinado de Caboclinhas. É interessante na análise desses eventos a imbricação festa-religiosidade-movimento político: a JOC (Juventude Operária Cristã), por exemplo, era a responsável pela realização de gincanas, que mobilizava grande parte dos moradores do Cabana. Atualmente destaca-se a presença de grupos de capoeira, movimento *hip hop* e dança de rua, que funcionam como atrativos para a população jovem.

A escolha do símbolo

A partir desses grupos focais apareceram vários possíveis candidatos a símbolos, que dividimos por tópico abordado. Assim, no que se refere ao Tópico 1, “O bairro através dos tempos” (estórias, lendas, casos sobre o bairro), apareceram como possíveis referências: a história do nome “Cabana do Pai Tomás”, o episódio da derrubada dos eucaliptos e a construção da primeira Capela. No que se refere ao tópico 2 – “O patrimônio material ontem e hoje” (edificações, lugares, pontos de encontro), destacaram-se a Associação dos Moradores, a Rua Independência e a Igreja de São Geraldo. Finalmente, no Tópico 3, “O Patrimônio imaterial” (eventos, costume, hábitos, pessoas), poderiam ser destacados como possíveis símbolos, as festas religiosas (destaque para a Guarda do Congado de Nossa Senhora do Rosário), o Sr. José Martins e os hábitos herdados das cidades do interior. É importante destacar aqui ainda que a ordem das sugestões aqui listadas não correspondia a uma ordem de prioridades ou de importância, tendo sido estabelecida arbitrariamente por nós ao elaborar esta síntese.

Uma vez realizados os grupos focais, passou-se à etapa seguinte, aquela do *cruzamento de dados*, que considerou o levantamento da percepção dos moradores mas também o trabalho anterior da equipe técnica. Assim, a *lista de referência*, resultante dos grupos

focais, subsidiou a equipe técnica, que considerou também aspectos da pesquisa documental para elaboração da lista definitiva. No cruzamento dos dois olhares, os candidatos a Símbolo do Cabana foram assim definidos: a Associação dos Moradores do Cabana, a Igreja São Geraldo, as Guardas de Congado e a Rua Independência. É interessante percebermos que se cruzavam nessas referências os temas da ocupação do bairro, da religiosidade e da sociabilidade.

Definida a lista de candidatos a Símbolo, iniciou-se, na seqüência, o trabalho de mobilização popular. Aqui cabe anotar que este trabalho foi realizado simultaneamente nos bairros de Santa Tereza, Lagoinha e Cabana, tendo sido feitas as devidas adequações para a mobilização em cada um deles, conforme suas especificidades. No Cabana, por exemplo, o carro de som que divulgava a eleição foi substituído por uma bicicleta com som. Ali o profissional contratado já fazia esse tipo de serviço para o comércio local, apresentando resultados excelentes; a opção pela bicicleta tem a ver, naturalmente, com a conformação do próprio traçado do Cabana, com predominância de ruas estreitas e de becos. Além disso, faixas foram instaladas no Bairro e se distribuíram cartazes, tendo sido produzido também um *blog* como meio de divulgação da eleição. Simultaneamente foram realizados ainda vídeos de cada um dos candidatos, com documentação acerca deles e relatos de moradores. Cabe destacar o expressivo envolvimento da população, com cerca de 3.000 votantes no caso do Cabana. Ao final, a Rua Independência foi escolhida como símbolo, seguida da Associação dos Moradores, da Igreja São Geraldo e das Guardas de Congado.

A nosso ver não foi fortuito o fato de nos três bairros onde o projeto *Símbolo do meu Bairro* foi realizado, os símbolos escolhidos se referem a “lugares”: no Santa Tereza foi a Praça Duque de Caxias, na Lagoinha, a Rua Itapeçerica e no Cabana, a Rua Independência. O que se pode observar a partir de relatos dos moradores é que a escolha de lugares públicos correspondeu à expectativa levantada naquelas comunidades de que essa escolha pudesse redundar em melhorias, tanto no sentido de recuperar o espaço escolhido como também chamar a atenção do poder público para as necessidades locais mais amplas. No caso do Cabana, a Rua Independência foi reconhecida pelos moradores como símbolo, porque na sua percepção ela compõe uma espécie de síntese da história do lugar, bem como pela sua vitalidade, e importância econômica, social e cultural.

O lugar: da geografia ao patrimônio

Neste ponto é interessante discutirmos a trajetória da idéia de “lugar”, que apareceu com muita força no projeto “Símbolo do meu Bairro”. É importante anotar aqui que, conceito tradicional no campo da geografia, o “lugar” tem sido crescentemente utilizado por outras disciplinas, chegando finalmente nos anos 1990 ao campo do patrimônio, quando se introduziu a temática do “imaterial”. Se aparece no aÍ apenas no final do século XX, esse conceito já vinha sendo trabalhado há bastante tempo no âmbito da Geografia, especialmente pela chamada Geografia Humanística, surgindo ali no início da década de 1970. Como anota Adriana Filgueira Leite, a sua linha de pensamento caracteriza-se “principalmente pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente”, apelando-se, para tanto, “às filosofias do significado – fenomenologia, existencialismo, idealismo e hermenêutica – que em essência encontram na subjetividade humana as interpretações para suas atitudes perante o mundo” (LEITE, 1998, p. 9-10).

Dentre os grandes expoentes desta linha, poderíamos citar principalmente Edward Relph e Yi-Fu Tuan, cujos trabalhos, especialmente os deste último, têm tido ampla recepção no Brasil. Se confrontarmos as definições dadas por esses dois autores ao lugar, veremos uma aproximação: para ambos o lugar seria *um produto da experiência humana*. Assim, para Relph, “(...) lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (RELPH, 1979). Para Yi-Fu Tuan, por sua vez, o lugar seria “um centro de significados construído pela experiência” (TUAN, 1975). Num trabalho posterior, Tuan aprofunda essa perspectiva, introduzindo o prestigioso conceito de “topofilia”, que, entendido por ele como “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980), inclui os laços afetivos dos seres humanos com o ambiente material, percebidos através de experiências e percepções, que desencadeiam sensações diferenciadas no corpo. Referindo-se à percepção, Tuan destaca a efemeridade desse ato, dependente do quadro psicológico, experiencial e cultural do indivíduo, bem como dos elementos do instante de tempo em que ela ocorre. Continuando sua linha de indagação, no livro *Espaço e Lugar*, Tuan trabalha com a dualidade entre esse dois termos, mostrando que enquanto o primeiro é abstrato, o “lugar” vai ser sempre concreto, transformando-se o “espaço indiferenciado” em “lugar” “à medida em que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983,

p. 6). Mais adiante detalha esse processo:

O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado. Já observamos como um espaço desconhecido se transforma em bairro, e como a tentativa de impor uma ordem espacial utilizando um reticulado com as direções cardeais resulta no estabelecimento de um padrão de lugares significantes, incluindo os pontos cardeais e o centro.” (TUAN, 1983, p. 151)

Na visão da Geografia, o conceito de “lugar” faz, então, referência a uma realidade de escala local ou regional e pode estar associado a cada indivíduo ou grupo, sendo entendido como “a parte do espaço geográfico efetivamente apropriada para a vida, área onde se desenvolvem as atividades cotidianas ligadas à sobrevivência e às diversas relações estabelecidas pelos homens” (LISBOA, 2009, p. 29). Como explica Severina Lisboa, o lugar significaria “muito mais do que simplesmente uma localização geográfica”, estando “relacionado aos diversos tipos de experiência e envolvimento com o mundo”. Além disso, e muito importante, o lugar se associaria também ao “sentimento de pertencer a determinado espaço, de identificação pessoal com uma dada área”.

Cada localidade possui características próprias que, em conjunto, conferem ao lugar uma identidade própria e cada indivíduo que convive com o lugar, com ele se identifica. Dessa forma, o lugar garante a manutenção interna da situação de singularidade. As parcelas do espaço geográfico com a qual cada indivíduo se relaciona e interage compõe o seu lugar. Cada pessoa terá um lugar diferente da outra, na medida em que ambas possuem vida e cotidiano diferentes. O lugar possui também íntima relação com os aspectos culturais que marcam cada sociedade. (LISBOA, 2009, p. 30)

Não vai ser fortuito, como aponta Leonardo Castriota, que justamente um conceito como o de “lugar”, que aponta para essa dimensão de apropriação afetiva dos espaços, tenha ganhado proeminência nas últimas décadas, “depois de sofrer uma espécie de longo ‘exílio’ na era moderna”: a seu ver, o interesse acadêmico pela complexa relação que se estabelece com os lugares cresceria, de fato, “paralelamente às agudas condições globais hodiernas, de uma crescente abstração e de uma homogeneização geral” (CASTRIOTA, 2009): num momento em que o fenômeno da globalização parece se impor, o lugar vai ser, de novo, quase como numa reação, valorizado.

Em seu mesmo texto, Castriota aponta a importância que o conceito de “lugar” poderia ter para o campo do patrimônio, principalmente quando a essa idéia se junta a de “memória”, como proposto pelo filósofo Edward S. Casey, que, em seu livro *Remembering: A Phenomenological Study*, cunhara a idéia de uma “memória do lugar (place memory)”. Leonardo Castriota comenta essa idéia de Casey:

Se a memória social depende da narração para sua continuidade, a paisagem urbana também poderia contribuir através da “memória do lugar” que seria, para o filósofo, ‘a persistência estabilizadora do lugar como um contenedor de experiências que contribui tão poderosamente para a sua memorabilidade intrínseca’. Uma memória alerta e viva se conectaria, então, a seu ver, espontaneamente com o lugar, encontrando nele traços que favorecem e se desenvolvem paralelamente às suas próprias atividades, fato que o leva afirmar que a memória seria ‘naturalmente orientada em relação a lugares (*place-oriented*) ou, pelo menos, suportada por lugares (*place-supported*)’. (CASTRIOTA, 2009, p. 124)

A “memória do lugar” teria a ver, segundo ele, “com a capacidade humana de se conectar tanto com o ambiente natural quanto com o construído”, estando ligado aos novos conceitos na área do patrimônio, tais como os de “paisagem cultural” e de “patrimônio ambiental urbano”. Citando Dolores Hayden, Castriota, conclui que a “memória do lugar” vai ser, de fato,

a chave para o poder dos lugares históricos em ajudar os cidadãos a definir o seu passado comum: é sabido que os lugares podem despertar memórias naqueles que, membros da comunidade, compartilham de um passado comum, enquanto, ao mesmo tempo, podem representar passados também para “forasteiros” que estejam interessados em conhecer sobre eles no presente. (CASTRIOTA, 2009, p.125)

E vai ser justamente a centralidade desta dimensão imaterial – memórias comuns, afetividade, laços sociais – relacionadas a um suporte material, que caracteriza a idéia de lugar, e a distingue, por exemplo, de uma outra idéia da área do patrimônio – a de “sítio histórico”, para a qual a “materialidade” vai ser da mais alta importância.

No caso do Cabana, a categoria “lugar” parece-nos muito adequada para se descrever a Rua Independência, escolhida como Símbolo, na medida em que aponta a importância dos laços sociais e afetivos que se estabeleceram com aquele logradouro, não se colocando a ênfase nos seus atributos puramente materiais. Assim, vão ser sempre apontados pelos moradores a sua “vitalidade” e a sua importância econômica, social e cultural – que fazem dela um verdadeiro “lugar”, “um centro de significados construído pela experiência”, para usarmos a definição de Yi-Fu Tuan (TUAN, 1975). Essa idéia aponta, ao mesmo tempo, também para a superação dos limites impostos pela concepção tradicional de patrimônio – ainda presa às idéias de monumentalidade e excepcionalidade – apontando para a noção contemporânea de “referência cultural”, que, como vimos, desloca o foco dos bens para “a dinâmica de atribuição de sentidos e valores” por seus usuários (FONSECA, 2000, p. 112). Com isso, aproximamo-nos de uma perspectiva que consegue fazer jus ao patrimônio do cotidiano, construído pelas vivências dos moradores dos diversos lugares.

Um lugar-símbolo



Figura 3 - Foto escolhida para representar o Cabana – oficina de fotografia
“Símbolo do meu Bairro” - Rua Independência
Fonte: Renata Gomes da Silva

Neste nosso caso, pode-se perceber como a Rua Independência representa, de fato, o centro comercial, cultural e social do Cabana, apresentando uma grande diversidade de ocupação e usos. Numa pesquisa de uso feita a partir de dados obtidos na internet num sítio eletrônico que lista comércio e serviços, obtivemos como resultado 77 ocorrências, distribuídas pelas categorias serviços (45%), comércio (18%), saúde (12%), indústria (8%) e diversos (17%)⁵. A categoria serviços está representada na Rua Independência pelos serviços de informática automóveis e veículos, arquitetura e engenharia, alarme e monitoramento, eletro-eletrônicos, construção, beleza e estética, confecção e vestuário e serviços relacionados à festas e eventos. Na área de saúde encontramos serviços médicos, odontológicos e farmácias. Com uma ocorrência menor a indústria aparece ligada ao aço e metal. No que diz respeito ao comércio, o setor ligado a alimentos – supermercado e sacolão – são destaque, além de açougues, restaurantes, lanchonetes e comércio de bebidas especificamente, aparecendo também lojas de móveis e decoração. O que foi classificado como “diversos” no nosso levantamento inclui casa lotérica, banco e associações. Essa pesquisa, ainda que rápida, consegue, a nosso ver, ilustrar bem a importância da Rua Independência para os moradores do Cabana e mesmo para os moradores dos bairros vizinhos, que se deslocam para o Cabana a fim de resolver problemas relacionados a compras e serviços.

Rua Independência - Uso e ocupação

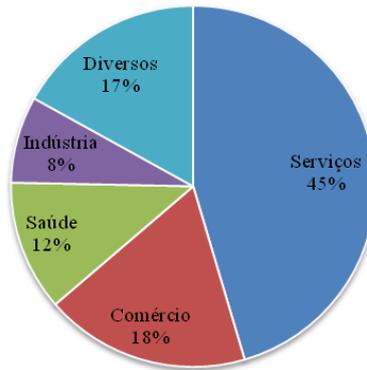


Gráfico 1 - Rua Independência – Uso e ocupação
Fonte: www.apontador.com.br

Essa centralidade e caráter de ocupação múltipla já havia sido apontada pela leitura técnica, constando a seguinte descrição da rua na “Ficha de pesquisa de campo - Contato Global”:

As pessoas trabalham, passeiam e se divertem na rua Independência. Há uma concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços. Os moradores referem-se à rua com um conotativo de “a Savassi do Cabana”, considerando-a como a parte mais nobre e central do bairro. Há uma grande movimentação de homens e mulheres na maioria adultos e adolescentes nas calçadas. Muitas pessoas aguardam ônibus 1502 no ponto entre a Rua Independência e a Rua São Geraldo em direção da Av. Amazonas. Como via principal, muitas ruas e becos partem dela. Observa-se muita movimentação de carros da polícia militar.

Em relação à apropriação do espaço, o Contato Global também anotava:

Percebe-se que além do comércio, há muitas residências. A movimentação maior é de adultos e adolescentes. Gente que trabalha no comércio, gente sentada nas calçadas, conversando, pessoas jogando cartas em frente uma loja de material de construção, gente bebendo nos bares, grupo de mulheres na calçada rindo e falando alto, jovens reunidos com bicicletas. A rua é o espaço de lazer e de todas as manifestações populares. É o local de encontro do bairro.

O depoimento do Senhor José Martins, colhido para a produção do vídeo de divulgação do projeto “Símbolo do meu Bairro” resume bem, a nosso ver, esses diversos aspectos, e mostra como para a população esses diversos elementos configuram um todo significativo:

A Rua Independência foi escolhida como símbolo do bairro exatamente pela importância que ela teve, a importância histórica dela, a importância cultural também, e também a importância que ela tem na vida da comunidade, onde ela atende toda a região como centro comercial e também é o ponto de passagem aqui para outras comunidades, ela foi a

primeira ligação de Belo Horizonte com o Barreiro, Ibirité e com essa região toda, e hoje a importância maior dela hoje é de servir a população da região aqui, não só da Cabana mas sim toda região, a Nova Gameleira, o Vista Alegre, a Nova Cintra, a Madre Gertrudes, toda essa população utiliza da rua, tanto pra locomover pra Belo Horizonte e pra região de Contagem e o Barreiro, como para fazer suas compras, porque é um centro comercial que atende muito bem, nós temos aqui uma variedade de produtos e mais de 200 lojas estabelecidas por aqui. (Sr. José Martins, morador do Cabana e comerciante da Rua Independência, 2009.)

A geógrafa brasileira Ana Fani Carlos chama-nos a atenção que a categoria do lugar nos remete normalmente à dimensão do “bairro”,

como espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas – as relações de vizinhança, o ir às compras, o caminhar o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-identidade, habitante-lugar (CARLOS, 1996, p. 22)

Para ele, nos bairros estão os “lugares” que o homem habita dentro da cidade “que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida, onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando significado dado pelo uso”. Ao contrário da metrópole – gigantesca e de difícil apropriação, o lugar se referiria a espaços que, como a rua Independência, teriam sentidos abarcáveis pela experiência humana:

Trata-se de um espaço palpável – a extensão exterior, o que é exterior a nós, no meio do qual nos deslocamos. Nada também de espaços infinitos. São a rua, a praça, o bairro – espaços do vivido, apropriados através do corpo – espaços públicos, divididos entre zonas de veículos e calçada de pedestres, dizem respeito ao passo e a um ritmo que é humano e que pode fugir ao do tempo da técnica(ou que pode revelá-la em sua amplitude). É também o espaço da casa e dos circuitos de compras, dos passeios, etc.. (CARLOS, 1996, p. 22)

No entanto, apesar de representar uma importante centralidade local, a Rua Independência apresentava como costuma acontecer com áreas populares em nossas cidades, um quadro físico bastante complicado com claros sinais de baixa qualidade ambiental, como fica registrado no diagnóstico:

Via de mão dupla muito movimentada por veículos e pedestres, asfaltamento precário (muitos buracos), vias estreitas, sem sinalização de faixas, o calçamento/passeio inadequado para circulação com presença maciça de ambulantes e feirantes, inadequado escoamento pluvial com poucos bueiros. Comércio dinâmico com muita variedade de produtos de consumo. As casas são de uso misto, em que o comércio ocupa o pavimento térreo e a residência o pavimento superior, não ultrapassando dois pavimentos. As portas de entrada abrem diretamente para a rua.

Principal porta de entrada para o bairro com o uso predominante comercial, “com intenso

tráfego de pedestres, carros, motos, bicicletas, ônibus e veículos de tração animal” e, ao mesmo tempo, “palco de encontro e referência para os moradores do bairro Cabana”, a Rua Independência claramente necessitava, como se anotava na ficha, “revitalização e adequação urbana para suprir a demanda de comércio e serviços que são ofertados ao longo de sua via”. Propor medidas nesse sentido era o desafio da próxima etapa do trabalho, que se propunha a ensejar a discussão entre a população local sobre as ações necessárias para a *preservação* do símbolo escolhido, como veremos no próximo item.

Referências:

- CASEY, Edward. *Remembering: A Phenomenological Study*. Indiana University Press, 2000.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.
- DALL'AGNOL, C. M.; TRENCH, M.H. Grupos focais como estratégia metodológica em pesquisa na enfermagem. *Rev. Gaúcha Enf.*, Porto Alegre, 1999.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Edufrj/Minc/IPHAN, 1997.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Nº 2. IPEA, 2000.
- GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2002, vol.12, n.24, pp. 149-161. ISSN 0103-863X. doi: 10.1590/S0103-863X2002000300004.
- LEITE, Adriana Filgueira. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. *Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ* Volume 21 / 1998, p. 09-20. Disponível em http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf.
- RELPH, E. C.. As Bases Fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, 4 (7), 1979. p. 1-25.
- SANTOS, Cecilia Rodrigues dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol.15, n.2, pp. 43-48. ISSN 0102-8839
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*. São Paulo. Difel, 1983.
- VALLA, Victor Vicent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 1998.

Notas:

¹ De fato, inicialmente, concebia-se o patrimônio arquitetônico como uma espécie de “coleção de objetos”, identificados e catalogados por peritos como representantes significativos da arquitetura do passado e, como tal, dignos de preservação, passando os critérios adotados aqui normalmente pelo caráter de excepcional idade da edificação, à qual se atribuía valor histórico e/ou estético. (Pertencer ao patrimônio tinha ao lado de um significado cultural, um significado jurídico: preservar

se identificava, quase que automaticamente, com "tombar".) No entanto, tal concepção, muito presa ainda à idéia tradicional de monumento único, vai sendo ampliada: tanto o conceito de arquitetura quanto o próprio campo de estilos e espécies de edifícios considerados dignos de preservação expandem-se paulatinamente. Assim, ao longo do século XX, vão penetrando no campo do patrimônio conjuntos arquitetônicos inteiros, a arquitetura rural, a arquitetura vernacular, bem como etapas anteriormente desprezadas (o ecletismo, o *Art Nouveau*), e mesmo a produção contemporânea. Aqui, aos critérios estilísticos e históricos vão se juntando outros, como a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado. (CASTRIOTA, 2009, p. 84-85)

² “O patrimônio foi deixando de ser simplesmente herdado para ser estudado, discutido, compartilhado e até reivindicado. Ultrapassam-se a monumentalidade, a excepcionalidade e mesmo a materialidade como parâmetros de proteção, para abranger o vernacular, o cotidiano, a imaterialidade, porém, sem abrir mão de continuar contemplando a preservação dos objetos de arte e monumentos eleitos ao longo de tantos anos de trabalho como merecedores da especial proteção. Passa-se a valorizar não somente os vestígios de um passado distante, mas também a contemporaneidade, os processos, a produção.” (SANTOS, 2001, p. 44)

³ Neste mesmo sentido, Leonardo Castriota chama a atenção para a importância da análise dos *valores* envolvidos em toda escolha patrimonial, tema que deveria ocupar, a seu ver, um papel central na pesquisa contemporânea sobre o patrimônio. (CASTRIOTA, 2009, p. 93-109)

⁴ É uma técnica de pesquisa ou de avaliação qualitativa, não-diretiva, que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico sugerido pelo pesquisador. Mais sobre a técnica dos grupos focais, confira: DALL'AGNOL; TRENCH, 1999.

⁵ www.apontador.com.br (Acesso no dia 18/05/2010).